

mpereira@globo.com.br

MERVAL PEREIRA



Como nos melhores filmes da máfia, ao ver que não tem chance de se livrar da prisão, “Paulinho” resolveu negociar com a Justiça

Não vai ter eleição?

Atribui-se ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, preso na sede da Polícia Federal em Curitiba, a ameaça de que, se abrir a boca, “não vai ter eleição”. Seria uma maneira de mandar um recado para seus muitos amigos políticos para que o tratassem bem, e à sua família.

Como nos melhores filmes da máfia, ao ver que não tem chance de se livrar da prisão, e de que empresas de seus filhos começaram a ser investigadas ontem pela Polícia Federal, “Paulinho”, como o ex-presidente Lula o chamava, resolveu negociar com a Justiça Federal uma delação premiada, incentivado pela mulher, Marici — que há tempos vinha se desentendendo com o advogado Nélio Machado, ontem trocado pela advogada paulista Beatriz Catta Preta, especialista em delações premiadas.

O depoimento de Paulo Roberto Costa será para o juiz Sergio Moro, um especialista em processos de lavagem de dinheiro que assessorou a

ministra Rosa Weber durante o julgamento do mensalão. Com fama de rigoroso, Moro não soltou imediatamente os doleiros e pediu mais “esclarecimentos” ao Supremo Tribunal Federal quando o ministro Teori Zavascki deu uma liminar soltando todos os acusados pela Operação Lava-Jato.

Deu tempo, assim, para que o ministro Zavascki recuasse da decisão inicial, mantendo todos presos por oferecerem perigo de fugir do país. Tudo indica que Paulo Roberto Costa vai falar o que sabe, o que pode, sim, influenciar as eleições de outubro, não a ponto de inviabilizá-las, mas de atingir políticos importantes em diversos partidos.

Paulo Roberto Costa é fruto de um dos mais perversos efeitos colaterais do presidencialismo de coalizão, distorcido na era Lula. Indicado por um consórcio partidário composto por PP, PMDB e PT, esteve à frente da Diretoria de Abastecimento da Petrobras entre 2004 e 2012, saindo de uma espécie de geladeira em que fora colocado por sucessivas diretorias anteriores ao lulismo.

Nos documentos encontrados em sua casa e em empresas pela Polícia Federal, há muitas indicações de ne-

gociatas envolvendo empreiteiras e políticos, tudo junto e misturado com a ajuda do doleiro Alberto Youssef, também preso.

Um deles é o deputado federal petista André Vargas, que está tendo sua cassação pedida pelo Conselho de Ética da Câmara por ter usado um jatinho fretado pelo doleiro Alberto Youssef para um passeio com a família. Outro, o secretário nacional de Finanças do PT e tesoureiro da campanha de 2010 da presidente Dilma Rousseff, João Vaccari Neto, acusado de ser um dos contatos de fundos de pensão com a CSA Project Finance Consultoria e Intermediação de Negócios Empresariais, empresa que o doleiro Youssef usou para lavar R\$ 1,16 milhão do mensalão, segundo a PF.

O ex-deputado José Janene, um dos 40 réus no processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal, morto em 2010, era acusado de ter se apropriado indevidamente de R\$ 4,1 milhões, usando como laranja o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, também preso e que fez as acusações a Vaccari Neto dentro de uma negociação de delação premiada.

Ele é réu em duas ações penais:

uma sobre supostas remessas fraudulentas para o exterior do laboratório Labogen, de propriedade do doleiro Youssef e que pode causar mais danos ao candidato do PT ao governo de São Paulo, Alexandre Padilha; outra de lavagem de dinheiro de Janene por investimentos em uma empresa paranaense. Padilha foi acusado de, como ministro da Saúde, ter aprovado o Labogen, que servia de fachada para o doleiro enviar dinheiro para o exterior.

Documentos apreendidos com Paulo Roberto Costa, e que ele tentou destruir, mostram uma contabilidade detalhada sobre repasses de empreiteiras para campanhas políticas. Anotações do ex-diretor registram, por exemplo, o repasse, em 2010, de R\$ 28,5 milhões ao PP, partido da base aliada cujo líder à época do mensalão era José Janene, um dos responsáveis pela indicação de Paulo Roberto ao cargo.

As empreiteiras citadas no documento são Mendes Júnior, UTC, Constran, Engevix, Iesa, Toyo Setal e Andrade Gutierrez. Mesmo que fale tudo o que sabe, vai haver eleição, assim como houve a Copa. Resta saber com que candidatos.

CASOS DE TORTURA

Comandante impõe silêncio ao Exército

GUSTAVO MIRANDA - 11/05/2011

Unidades foram proibidas de colaborar com investigações de crimes da ditadura

RIO

/// O comandante do Exército, general Enzo Peri, proibiu os quartéis de colaborar com as investigações sobre as violências praticadas em suas dependências durante o regime militar. Em ofício datado de 25 de fevereiro, o general determinou que qualquer solicitação sobre o assunto seja respondida exclusivamente por seu gabinete, impondo silêncio às unidades.

Por entender que a medida é ilegal, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF-RJ) vai pedir à Procuradoria Geral da República que ingresse com representação contra o comandante.

O ofício foi usado pelo subdiretor do Hospital Cen-



General Enzo Peri deu ordem aos quartéis

tral do Exército, coronel Rogério Pedroti, para negar ao MPF-RJ o prontuário médico do engenheiro Raul Amaro Nin Ferreira, que morreu na unidade em 12 de agosto de 1971. O documento médico poderia comprovar a suspeita de que Raul, que foi preso pelo DOPS na noite de 31 de julho, não teria resistido às sessões de tortura.

“O Ministério Público está adotando as medidas necessárias para remover esses

obstáculos às investigações e responsabilizar os servidores que sonegam informações. É lamentável que o comando atual do Exército de um Estado Democrático de Direito esteja tão empenhado em ocultar provas e proteger autores de sequestros, torturas, homicídios e ocultações de cadáver”, lamentou o procurador da República Sérgio Suiama.

INDENIZAÇÕES

A Comissão de Anistia fez a revisão e aprovou ontem a redução do pagamento de 29 indenizações milionárias a anistiados políticos. Desde os anos 90, essas pessoas, ou suas viúvas e filhas, recebiam prestação mensal de até R\$ 33 mil. Essas indenizações caíram para R\$ 1,8 mil, no caso dos estivadores, e R\$ 1.478 para os conferentes de carga. A indenização de um jornalista caiu de R\$ 22,7 mil para R\$ 3.747.

/// AGAZETA



Recall de Marcas de A Gazeta. Há 22 anos, o prêmio que diferencia a marca mais lembrada de todas as outras marcas.

Tradição e reconhecimento. Há mais de 20 anos, A Gazeta vai além e promove esse importante prêmio com a publicação da Revista Recall de Marcas, destacando os produtos, os serviços e as empresas mais lembradas pelos capixabas. Uma edição diferenciada, que valoriza as marcas que mais investem em qualidade e que ajuda os consumidores na hora de exercer o poder de compra. Não perca.

Encartada dia 27 de agosto, em A Gazeta.
Acesse: recall.agazeta.com.br